

PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA¹

Gabriela Silva Fraga – EBA / UFRJ

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Identidades Patrimoniais; Estudos decoloniais.

Este trabalho visa a pesquisa dos patrimônios materiais e imateriais inerentes às religiões de matriz afro-brasileira. Com o intuito de analisar o valor que é agregado à cultura africana no território brasileiro, usa como base os patrimônios religiosos, tendo em vista que as religiões são parte importante da cultura de uma sociedade.

Acredita-se não ser possível fazer uma boa análise sobre o tema focando apenas em patrimônios materiais, sendo assim, patrimônios materiais e imateriais são levados em consideração nesta pesquisa, que parte do primeiro tombamento de templo de tradições religiosas afro-brasileiras que, como é sabido, foi o do Terreiro da Casa Branca, sendo aprovado pelo Iphan em 1986.²

Esse Terreiro é considerado a primeira casa de candomblé aberta em Salvador, com edificações, árvores e principais objetos sagrados. É também um dos mais antigos e respeitados santuários da religião dos Orixás e foi através dele que centenas de outros terreiros se originaram por todo o País. Seu tombamento incentivou que fosse feito o mesmo com outros tombamentos de origem afro-brasileira.³

Por meio desse tombamento é possível perceber que a valorização da cultura afro-brasileira através de patrimônios não é um processo fácil, mas é um processo de valorização decolonial, afinal, a cultura afro-brasileira foi ilegal no Brasil por anos, e as pessoas que a praticassem eram criminosos segundo a lei. Diversas religiões de matriz afro-brasileira tiveram seus ritos silenciados pelo estado, seus fiéis não tinham a liberdade para cultivar a sua religião, que além de criminalizada foi, e ainda é, demonizada. Sendo assim, a patrimonialização de bens materiais e imateriais inerentes as religiões afro-brasileiras é, também, uma reparação histórica, é um processo necessário para a construção de um Brasil que luta por justiça social e por democracia plena, esses conceitos

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.

³ VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito.

são aqui adotados com a interpretação de que os cidadãos merecem dispor de direitos e deveres iguais, melhor dizendo, que participem igualmente do regime político.

Pensar patrimônio afro-brasileiro (não somente o religioso) é delicado por ser uma memória de destruição, é uma história que contém perda e, portanto, que envolve tristeza. A relevância desses patrimônios se dá justamente pela recuperação da história e da memória afro-brasileira, mais do que recuperação é, também, valorização. Patrimônios não devem ser vistos como algo pertencente ao passado, alguns terreiros tombados, por exemplo, são terreiros em funcionamento, e além disso, o preconceito é visto na sociedade brasileira até os dias de hoje, logo a relevância dos patrimônios afro-brasileiros na luta contra o racismo é atual. Sendo assim, não é válido pensar patrimônios como algo preso ao passado.

Para refletir sobre patrimônio é necessário pensar a respeito de cidadania, que é o indivíduo poder gozar dos seus direitos civis e políticos enquanto cidadão. Cabe ressaltar que a cidadania nem sempre contempla todos os grupos sociais. Manuel Lima Filho fala sobre cidadania patrimonial:

Considero como cidadania patrimonial a capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderadamente um campo construtivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença. Tal capacidade cognitiva e de agência se utiliza da exploração de categorias cunhadas no devir da construção epistêmica da antropologia, tais como cultura, natureza, território, tradição, parentesco, identidade, interagidas com as categorias patrimoniais como tombamento, registro e inventário e, por fim, enfeixadas por categorias nativas como nós e não-nós, objetos, mitos, ritos, humanos e não humanos, parentes, consanguíneos e afins, os chefes, os xamãs, os artistas, o corpo, a pintura, os jovens e os velhos, os que sabem fazer, entre outros indexados por um sistema linguístico e cultural próprios. Ou seja, o patrimônio está inserido no mito da nação e por meio dele pode-se almejar a cidadania cultural por meio de modulações interculturais. (FILHO, 2015, p. 139/140)

Ou seja, a cidadania patrimonial requer que o cidadão se reconheça no patrimônio. O Brasil é um país heterogêneo, portanto, é quase impossível que toda a população se reconheça em todos os patrimônios, a questão não é que cada pessoa se reconheça em todos os patrimônios nacionais, e sim que cada uma se reconheça em alguns patrimônios. Afinal, um patrimônio cultural é fruto da história, é uma narrativa da sociedade com a sua história, por isso, os grupos sociais estabelecidos no Brasil devem ser representados na patrimonialização nacional, são culturas que fazem parte do país heterogêneo que é o Brasil e não devem ser deixadas de lado em prol de uma tentativa de narrativa única,

afinal, não existe narrativa única na construção da cidadania brasileira. Logo, seria impraticável limitar os patrimônios brasileiros a uma única narrativa nacional.

A cidadania patrimonial atenta que o patrimônio é, também, político. Todo o processo de tombamento é político, afinal, trata-se de uma escolha. É uma escolha sobre qual memória se quer preservar, isso implica na escolha de quais grupos sociais proteger através da patrimonialização da sua memória.

Pensar na valorização de grupos sociais através da patrimonialização requer pensar no que esses grupos querem evidenciar. Sendo as pessoas envolvidas com a memória do patrimônio as principais interessadas no processo que envolve a valorização da sua cultura, elas precisam ter voz ativa durante o procedimento de patrimonialização. Por vezes algum impasse pode surgir entre a comunidade e a equipe técnica, como os técnicos alegarem importância a algo que a comunidade considera antigo demais e não acredita ser tão relevante. Em situações assim é preciso dialogar com a comunidade, pois não se pode desrespeitar a população envolvida na patrimonialização. Essa conversa é potente para ajudar a construir temporariamente uma memória no entorno de determinado patrimônio, um consenso que sempre é contingente e temporário, mas é assim que a história vem sendo construída habitualmente.

O conceito de cidadania patrimonial se relaciona ao conceito de patrimônio como construção de identidade. As autoras Lucia Hussak Van Velthem, Katia Kukawka e Lydie Joanny falam sobre patrimônio cultural como construção de identidades no texto *Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural* (2017):

Histórica e culturalmente moldada, a expressão ‘patrimônio cultural’ designa um conjunto de bens materiais e imateriais que participam da construção de identidades. Intimamente conectadas aos processos de esquecimento e de lembrança, as variantes de apreensão e utilização do patrimônio não envolvem apenas coisas, mas também pessoas e, assim, têm consequências para o indivíduo, a comunidade, o Estado. Nesse horizonte, o patrimônio cultural emerge como um lugar de estruturação de valores, resultando em uma categoria extremamente variável e dinâmica. (HUSSAK, VELTHEM, KUKAWKA, 2017, p. 736)

Segundo as autoras acima citadas, patrimônios são aliados na construção da identidade, e pensando nisso retorna-se ao objeto de estudo desta pesquisa, que são patrimônios religiosos de matriz afro-brasileira. Sendo patrimônios aliados na construção da identidade, é mais do que necessário pensar na patrimonialização de bens referentes a cultura afro-brasileira, afinal, essa cultura que foi negada da história nacional brasileira por muitos anos em detrimento de uma narrativa única. Atualmente é sabido que nunca

existiu uma narrativa única no Brasil, este é um país plural, com múltiplos grupos sociais e, portanto, múltiplas culturas.

É necessário pensar os patrimônios através de seus contextos sociais, isso é, um patrimônio carrega um sentido social, ele evoca uma memória social, emerge e valoriza um povo através do reconhecimento da cultura dessa comunidade. Reflexionando sobre os patrimônios inerentes as religiões afro-brasileiras é possível dizer que patrimonializar bens inerentes a essas religiões é uma forma de reconhecer culturalmente a existência e a importância delas no cenário brasileiro. Essas religiões vêm sendo demonizadas no Brasil por muitos anos, posto isto, é também uma reparação histórica o reconhecimento patrimonial das religiões afro-brasileiras. É notório que não foram somente as crenças que sofreram preconceito, toda a cultura afro-brasileira foi vítima racismo, tudo que veio da África sofreu racismo em território brasileiro, infelizmente, atualmente ainda é possível presenciar racismo na sociedade brasileira, afinal, é um racismo arraigado culturalmente nessa sociedade que nunca valorizou sua real cultura e sempre endeusou a cultura europeia, desde a invasão dos portugueses a terra que hoje é conhecida como Brasil. É adequado nesse momento ressaltar que o preconceito religioso voltado as religiões afro-brasileiras é uma forma de racismo, é racismo religioso, pois a precedência desse preconceito é o racismo direcionado a toda a cultura afro-brasileira.

Cabe ressaltar que muitas vezes os patrimônios materiais tombados estão em pleno funcionamento. Isso significa que é preciso cuidado para que a patrimonialização não atrapalhe as atividades religiosas. Sabe-se que a patrimonialização de bens frequentemente atrai turismo, a cautela deve ser para que o turismo não descaracterize as práticas existentes no bem, afinal, se a patrimonialização é um ato político de valorização da cultura, não faz sentido descaracterizar essa cultura em prol do turismo, se isso acontece perde-se o genuíno sentido do ato de patrimonializar. Considere um terreiro em operação, com rituais religiosos e fiéis que buscam conforto espiritual nesse lugar, provavelmente a comunidade religiosa não deseja que os ritos deixem de acontecer em detrimento de visitas turísticas, tampouco que momentos religiosos sejam observados pelos olhares curiosos de turistas. Essa é uma questão complexa que pode dividir opiniões. A melhor recurso para lidar com isso é sempre o diálogo com a comunidade, um diálogo aberto a entender e criar soluções que sejam boas para os maiores interessados na patrimonialização, que é o grupo social envolvido, no caso estudado nesta pesquisa, os fiéis do terreiro.

Um exemplo recente sobre a valorização das religiões afro-brasileiras e reparação histórica é a coleção Nosso Sagrado, que está sob os cuidados e estudos do Museu da República, que fica no Palácio do Catete, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Essa coleção é fruto de apreensões feitas pela polícia ao longo da história, os objetos foram confiscados num momento em que o culto as religiões afro-brasileiras era proibido no Brasil, sendo assim, muitos objetos são retirados dos fiéis no exato momento do rito religioso. Não era raro que a polícia invadisse uma cerimônia religiosa, o que representa desrespeito com o povo e a cultura afro-brasileira, mas os verdadeiros responsáveis não eram os policiais, esses apenas cumpriam ordens, quem transmitia as ordens era a lei. Pode-se dizer que a política nacional brasileira sempre fez uma caça a cultura afro-brasileira, isso porque é uma cultura vinda da África, ou seja, que chegou no Brasil com o povo escravizado.

Não sem razão a coleção Nosso Sagrado pertencia ao Museu da Polícia, estava sobre posse de quem havia capturado os objetos, capturado com respaldo da lei, e apesar de não terem sido apreensões ilegais, foram imorais. Libertar a coleção Nosso Sagrado do poder da polícia foi fruto da luta do próprio povo de axé, ou seja, mais uma vez as vítimas lutando contra o racismo: na época da escravidão, escravizados lutaram por liberdade e na libertação do sagrado, o povo de axé lutou pela liberdade dos seus objetos sagrados. Cabe lembrar que em ambos os casos são pessoas e coisas livres por essência, que perderam a liberdade segundo a lei vigente no período, leis que foram superadas e já não existem mais, infelizmente são leis que marcaram profundamente a história do Brasil e deixaram consequências visíveis até a atualidade, como o racismo e a desigualdade social.

Existe um documentário chamado Respeita Nosso Sagrado⁴ que mostra o dia em que a coleção chegou ao Museu da República. Nesse filme é possível ver a emoção das pessoas, a festa do povo de axé com a libertação do seu sagrado e o que essa libertação significa. Através disso é razoável pensar no que significa, em nível nacional, a libertação desses objetos sagrados. É uma gravação emocionante.

Seria inimaginável a recepção do povo de axé no Museu da República, do jeito que foi em 2020, há poucos anos atrás. Isso significa que apesar de tudo, de todo descaso

⁴ Respeita Nosso Sagrado - Quiprocó Filmes. Direção e Roteiro: Fernando Sousa e Gabriel Barbosa.

com a cultura afro-brasileira, os estudiosos brasileiros estão no caminho certo, ou pelo menos fazendo um bom trabalho.

Pensar a coleção Nosso Sagrado no Museu da República implica na questão do espaço. Convém pensar sobre o Museu: o Museu está situado no Palácio do Catete, prédio que abrigou a Presidência da República. Nesse palácio o presidente Getúlio Vargas saiu da vida e entrou para a história. Contudo é um prédio construído nos anos do Brasil império, com mão de obra escravizada para um senhor de café, o Barão de Nova Friburgo⁵. É interessante pensar nos vários usos do Palácio do Catete ao longo da história do Brasil. É ainda mais significativo refletir que objetos de matriz afro-brasileira, criminalizados outrora, estão agora sob posse do Museu da República, localizado num imóvel construído por mão de obra afro-brasileira escravizada. É uma representação de retorno, como se enfim as pessoas que levantaram aquele palácio, que colocaram a mão na massa, de forma não remunerada, para erguer aquelas paredes, estivessem tendo as suas origens reconhecidas e valorizadas.

Convém refletir que a patrimonialização de bens afro-brasileiros representa uma descolonização dos patrimônios brasileiros, afinal, o patrimônio no Brasil manifesta-se, no primeiro momento, com um “discurso de construção da identificação da identidade nacional” (RIBEIRO, 2013, p.5). Uma identidade nacional simboliza uma ideia de nação única, como se os cidadãos brasileiros não fossem plurais. Os patrimônios outrora contavam uma história oficial, uma história que exaltava a cultura europeia e a chegada dos portugueses ao território que hoje conhecemos como Brasil. A historiadora Márcia Chuva atenta que é preciso pensar o valor que é empregado através da patrimonialização de um bem.

O cerne da preservação do patrimônio, em seus diferentes formatos – do tombamento às coleções museológicas – é a atribuição de valor que transforma bens ou práticas culturais em patrimônio, condutor nas atividades que se desenvolvem no âmbito das instituições de preservação do patrimônio cultural, está remetida à complexa discussão sobre identidades. Valor para quem? Valor em que sentido ou perspectiva? Valor simbólico, valor estético, valor histórico, valor de uso, valor de troca, todos estão em jogo em uma economia que se instaura a partir do reconhecimento por meio de sua patrimonialização e musealização.

[...]

O fato é que patrimônio está na moda! O campo expandiu-se espetacularmente e ser reconhecido como patrimônio hoje abre acessos importantes a editais

⁵ Informações retiradas do site do Museu da República - <https://museudarepublica.museus.gov.br/o-museu/#historiaMuseu>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

públicos e recursos disponibilizados por agências do Estado, rendendo muitas frentes e possibilidades de trabalho, de renda e de negócio. Diante dessa realidade hoje, trabalhar com patrimônio requer tomadas de posição – não basta dizer-se a favor da preservação do patrimônio cultural, é preciso saber de que lugar se está falando. Afinal, trata-se de uma economia dos valores em jogo quando o negócio é patrimônio. (CHUVA, 2013, p. 198)

Apesar dos muitos valores atribuídos ao patrimônio cultural, é imprescindível que não seja esquecido o lugar legítimo do bem, ou seja, que não se esqueça a comunidade local em prol dos valores atribuídos ao bem. Compete dizer que a patrimonialização deve ser positiva para ambas as partes: para o grupo social por ter sua cultura valorizada e conhecida sem que seja descaracterizada e para os brasileiros de forma ampla, que vão entender melhor a história do próprio país. Para nenhuma das partes vale a pena a descaracterização do bem em prol da patrimonialização, afinal, conhecer um bem que foi transformado para ser patrimonializado não é conhecer o bem de fato (é conhecer a sua transformação). Márcia Chuva usa o historiador David Lowenthal⁶ para expor sobre os benefícios identitários do patrimônio:

Para David Lowenthal, os objetos materiais como patrimônio no museu, na rua ou na cidade são referência de identidade para grupos sociais, como elos que garantem continuidade à existência humana. Eles têm papel fundamental na nossa realidade, por estabelecer uma ligação com o passado necessária ao bem-estar que advém da experiência do pertencimento, dos compromissos que são entrelaçados com o grupo e se processam na escala local. (CHUVA, 2013, p. 209)

Além do debate sobre os benefícios identitários do patrimônio, é preciso atentar que qualquer debate sobre patrimônio atravessa por pensar a memória. Se um patrimônio se perde da memória, perde seu próprio sentido de ser, uma vez que um bem se torna patrimônio em razão da memória ali compreendida. Por isso, o patrimônio deve estar sempre em diálogo com a memória, e para tal, técnicos precisam estar em diálogo com as comunidades.

⁶ LOWENTHAL, David. Como conhecermos o passado. Projeto história: trabalhos da memória. São Paulo: PUC, n. 17, 1989.

Referências Bibliográficas

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). **90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. pp. 195-208.

FILHO, Manuel Ferreira Lima. Cidadania Patrimonial. In: **Revista Antropológicas**. Ano 19, 26(2):134-155, 2015.

FILMES, Quiprocó. **Respeita Nosso Sagrado**.

LOWENTHAL, David. Como conhecermos o passado. **Projeto história: trabalhos da memória**. São Paulo: PUC, n. 17, 1989.

MARINS, Paulo César Garcez. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 29, 2016.

REPÚBLICA, Museu da - <https://museudarepublica.museus.gov.br/o-museu/#historiaMuseu> - Acesso em 23 de agosto de 2022.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem, patrimônio e democracia: novos desafios para políticas públicas. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (orgs.). **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. v. 12, 2006.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. **Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural**. Belém, v. 12, n. 3, p. 735-748, set.-dez. 2017.